

## 2

### Violência, gênero e terapia de casal

#### 2.1

##### Origem e definição de violência

Não é o objetivo aqui realizar um estudo aprofundado sobre as origens e definição da violência, mas não seria possível avançar nas discussões fundamentais sobre violência no casal sem que se façam algumas reflexões sobre estes assuntos.

Entre os animais, a emergência de comportamentos violentos é vista com naturalidade na medida em que expressa a necessidade de subsistência e de preservação da integridade física das espécies. Entre os seres humanos, prevalece uma atitude complacente em relação àqueles indivíduos que, motivados pelo desejo de se defender ou quando se encontram sob o efeito de algum transtorno psiquiátrico, cometem atos violentos. Tanto é assim que a justiça é capaz de inocentar pessoas que cometeram homicídio ou lesão corporal, caso seja provado que elas agiram em legítima defesa, assim como oferece um tratamento diferenciado para aqueles sujeitos em que foi constatada a existência de algum comprometimento psíquico no momento em que cometeram os crimes.

Mas essas talvez sejam as únicas situações em que o comportamento violento gerado por seres humanos, possui justificativas socialmente aceitáveis. O mesmo não se pode dizer, por exemplo, sobre os milhares de assassinatos de judeus, negros, ciganos, deficientes físicos ou mentais e homoafetivos causados pelos Nazistas.

Os motivos, muitas vezes torpes, que provocam conflitos violentos, projetam uma cortina de fumaça sobre a compreensão a respeito de suas origens. A grande questão que se coloca é: será que é da natureza humana ser violento? Os autores divergem em suas respostas sobre esta questão.

Freud escreveu em “O Mal Estar na Civilização” (1997), influenciado pela experiência vivida durante a Segunda Guerra Mundial, que os seres humanos apresentam uma inclinação inata para a agressão, que os conduz a comportamentos autodestrutivos e dirigidos a outras pessoas. Esta inclinação também estaria na raiz de todos os males que nascem no âmbito dos relacionamentos interpessoais e ameaçaria constantemente a existência da civilização.

Maturana (1995), por sua vez, defende uma posição diferente. Através das pesquisas que realizou e que procuram identificar as principais características dos seres vivos, ele sugere que a vida só pode existir se os elementos que a compõem forem regidos por um princípio de colaboração. Portanto, a violência não seria congruente com a biologia humana, apesar de sermos capazes de exercê-la. Sua existência estaria relacionada a um modo cultural específico que valida a negação do outro frente a qualquer desacordo.

Estas duas concepções parecem opostas em relação à gênese da violência. A primeira defende que ela é um comportamento intrínseco aos seres humanos, na medida em que suas raízes se encontram estabelecidas na dinâmica de funcionamento do aparelho psíquico, conforme formulado por Freud. A segunda postula que a violência emerge a partir de um contexto em que se encontra legitimada.

Não encontramos tampouco uma resposta única e definitiva sobre o que é violência. Sobre este ponto, Michaud (1989) nos alerta para o fato de que não há uma verdade universal sobre a violência e que cada sociedade apresenta um repertório de violências que pode ser específico de sua cultura. Nesse sentido, a sua caracterização seria normativa, na medida em que cada sociedade estabelece os critérios que irão definir o que é ou não violência.

Mesmo no âmbito de uma determinada cultura, a definição do que é uma violência pode variar. Méndez (1995) alega que existem diferenças entre o que os casais consideram como sendo danoso para a relação, tanto do ponto de vista físico, quanto psicológico. Um simples empurrão pode representar o fim do relacionamento para um casal. Para outro, a relação só se vê ameaçada quando um de seus membros sofre uma lesão grave. Para alguns casais a infidelidade não é

vista como algo necessariamente ruim para relação. Para outros ela pode ser considerada uma violência psicológica.

Um exemplo paradigmático da dificuldade em se denominar a ocorrência da violência pode ser encontrado no trabalho desenvolvido por profissionais em centros de atendimento a mulheres vítimas de violência. Estes profissionais muitas vezes precisam ajudar as mulheres que frequentam estes centros a distinguirem o que pode ser considerado como uma agressão na suas relações afetivas. Isto é muito comum no caso de abuso sexual contra a mulher envolvida em uma relação estável. Por mais que esta situação seja vivida por parte da vítima como algo desagradável, esta nem sempre a identifica como uma agressão propriamente dita, uma vez que pode considerar que é seu dever satisfazer sexualmente seu companheiro. Esse, por sua vez, pode compartilhar com a companheira a mesma concepção e, portanto, não se considera um agressor.

Além disso, é digno de nota que entre aqueles que se propõem a aferir a incidência da violência, ainda não há um consenso sobre quais seriam os indicadores universais para esta tarefa e cada pesquisador se utiliza de um conjunto específico deles para realizar o seu trabalho.

As dificuldades em se encontrar um denominador comum sobre a origem e a natureza da violência também é resultado do fato de a mesma ser uma problemática de caráter multidimensional.

Isso fica claro no processo de aliciamento dos jovens moradores de comunidades pelo tráfico de drogas. Este pode ser visto como um problema de ordem sócio-econômico e também como produto da maneira como a identidade masculina é constituída. As situações de extrema pobreza em que estes jovens se encontram tornam o tráfico uma alternativa viável e, talvez, única de subsistência. A possibilidade de ascensão social dentro da própria comunidade também pode ser considerada um incentivo para ingressar no mundo do crime. O fato de os homens serem aqueles que massivamente ocupam os postos abertos pelo tráfico estabelece uma associação entre a criminalidade e os valores constitutivos de uma determinada configuração de gênero.

Apesar dessas dificuldades, reina quase que absoluta uma concepção sobre a violência que desconsidera as indefinições essenciais a respeito da problemática.

Essa concepção, aqui chamada de tradicional, faz com que atenções recaiam sobre aquele que é identificado como o agente da violência e sobre o seu comportamento violento, em prol de uma compreensão dita objetiva sobre a dinâmica da violência. O fato do agressor e os seus atos agressivos fazerem parte de um contexto mais amplo de interação é colocado em segundo plano.

Seguindo a diferenciação estabelecida por Zuma (2004), essa concepção privilegiaria o ato em detrimento do processo. O ato é produto de um recorte onde os atores envolvidos em uma determinada situação de violência são necessariamente encaixados nos papéis de agressor e vítima. O processo é a dinâmica relacional subjacente a essa situação. Uma compreensão ampla deveria incluir ambas as instâncias. Em nível do ato é onde se faz possível identificar as causas que levaram a agressão, mas em nível do processo é onde se faz possível identificar quais foram as condições necessárias para que elas surgissem. Vale ressaltar que só no nível do ato é possível trabalhar com uma lógica linear de causa e efeito, já que no nível do processo todo o contexto da situação é responsável pela emergência de uma determinada dinâmica relacional.

Ao fornecer um peso maior ao ato, a concepção tradicional de violência opta por um entendimento de caráter reducionista e mecanicista, já que, com a expectativa de neutralizá-la, preocupa-se apenas em identificar as causas da violência.

A idéia de que o controle de um fenômeno específico está diretamente relacionado ao grau de conhecimento sobre os elos que ligam uma sucessão linear de acontecimentos se origina, segundo Hekman (1990), com o triunfo obtido pelas ciências naturais durante o Iluminismo. As descobertas realizadas por Newton e Galileu nesta etapa da história, possibilitaram maior controle sobre os fenômenos investigados por eles e cujos resultados se fazem sentir até hoje. Por detrás do sucesso das ciências naturais há uma metodologia rigorosa de investigação e sua essência é expressa pela Primeira Lei de Newton, que, como é amplamente conhecida, profere que para toda ação há uma reação. Esta metodologia procura isolar o objeto da investigação do meio em que se encontra inserido para que as forças que atuam sobre ele possam ser identificadas e estudadas.

A concepção tradicional de violência procura trilhar o mesmo caminho realizado pelas ciências naturais já que, como alega Hekman (1990), o grande sucesso atingido por essa última poderia ser reproduzido pelas ciências sociais e, poder-se-ia acrescentar, as áreas correlatas, caso seguissem o seu método.

Há de se perguntar, no entanto, se esta concepção é suficientemente satisfatória para compreender a natureza persistente da problemática. É constrangedor constatar que a violência ainda se manifeste de forma contundente e em níveis crescentes dentre os diversos grupamentos humanos, apesar de todo o avanço científico e das conquistas que os ativistas dos direitos humanos vêm acumulando, sobretudo a partir do último terço do século passado.

## 2.2

### **Violência no casal**

No âmbito em que a violência se manifesta entre duas pessoas de sexos distintos e que se relacionam intimamente, há uma grande quantidade de estudos que privilegiam o que se convencionou chamar violência contra mulher, mais recentemente conhecida como violência de gênero. Este conceito está intimamente ligado à criação de um novo campo de conhecimento: trata-se das pesquisas sobre gênero que investigam o processo de construção dos atributos femininos e masculinos, que não seriam apenas de natureza biológica e se constituiriam principalmente através da influência da cultura, e de como homens e mulheres se relacionam entre si atravessados pelos mesmos.

Para alguns pesquisadores da área de gênero, os resultados de determinados levantamentos estatísticos que levam a crer que as mulheres são as que mais sofrem com a violência entre elas e homens com os quais se relacionam intimamente seriam apenas mais uma das consequências de uma longa história de opressão. Tais pesquisadores postularam que em nossa sociedade há uma primazia do gênero masculino sobre o gênero feminino e que as motivações por detrás da violência masculina contra as mulheres transcendem os limites da relação e

refletem um embate ancestral, com o objetivo de os primeiros permanecerem em uma posição privilegiada em nossa sociedade e também em suas relações afetivas.

Segundo Gouch (1980), este embate ancestral originou-se há muitos séculos atrás quando os homens, livres da tarefa de cuidar da prole, se apropriaram das armas e assumiram o controle econômico e político. Inclusive adquiriram poder sobre as mulheres que possuíam algum grau de parentesco com os mesmos, especialmente aqueles indivíduos do sexo masculino que pertenciam às classes dominantes.

A consagração de um poder masculino dominante, nos moldes descritos acima, é conhecida como cultura patriarcal e, segundo os pesquisadores de gênero, molda os perfis dos distintos gêneros e condiciona a forma como homens e mulheres se posicionam e se relacionam na sociedade. Portanto, a hierarquização dentro da família, a divisão de trabalho, a maneira de lidar com suas próprias emoções e a sexualidade entre os sexos seriam estabelecidas por esta cultura patriarcal.

A construção dos gêneros iniciar-se-ia desde cedo na educação das crianças de forma sistemática através da relação com seus pais, deixando marcas profundas em suas personalidades. Mas este condicionamento não se dá de maneira consciente nem pelos adultos e muito menos pelas crianças. Ele ocorre de maneira tal que as diferenças entre homens e mulheres são vividas por todos como naturais e hereditárias.

Méndez (1995) propõe que em meninos e meninas, o processo de construções dos gêneros se confunde com o processo de desenvolvimento dos mesmos enquanto pessoas. Estes processos se iniciam através da relação com uma mulher psicologicamente definida, representada pela figura da mãe. Neste contexto as meninas se desenvolvem na base da igualdade e os meninos pela diferença.

Para os defensores do conceito de violência de gênero, a violência masculina operaria como o último recurso acionado pelos homens no sentido de manter esta distinção e evitar a angústia da perda de identidade de gênero. A esse respeito Goldner, Penn, Sheinberg e Walker (1990) tecem o seguinte comentário:

Este tabu contra a similaridade, e o terror do colapso das diferenças de gênero opera silenciosamente e de maneira poderosa na relação entre homem e mulher. A estrutura patriarcal de poder e privilégio na sociedade põe o homem em uma posição humilhante quando as divisões de gênero tornam-se indistintas (p. 348).

Terapeutas, como a argentina Maria Cristina Ravazzola (2005), são fortemente influenciados por este modelo em seu trabalho com violência, se bem que a autora o amplia em seu escopo para compreender todos os tipos de abusos que acontecem no âmbito da família. Nesta categorização o uso descontrolado de álcool e/ou drogas também estaria incluído, pois guardaria semelhanças com o padrão de comportamento de quem exerce violência. Esse padrão alude a uma forma de se relacionar consigo mesmo, com o outro ou sobre objetos que denuncia uma incapacidade de estabelecer limites e cuidados.

A autora estabelece uma associação entre as famílias violentas e os regimes autoritários, como a cultura patriarcal. Tanto um quanto o outro possuem características semelhantes que possibilitam a emergência da violência de forma recorrente.

Os membros destas famílias não possuem o mesmo grau de autonomia sobre as decisões que dizem respeito ao coletivo, estão divididos por estereótipos que definem os líderes e os subordinados, e estas duas características são tacitamente aceitas pelos seus membros. Neste contexto a violência, quando utilizada pelo detentor do maior grau de poder, é usualmente reconhecida como um mal necessário à manutenção da ordem estabelecida, e por isso é tolerada. Porém, os membros destes sistemas pagam um preço alto por isso. As diversas formas de indignações e resignações derivadas da convivência, sob um sistema com estas características, devem se tornar invisíveis para que ele não seja perturbado. A autonomia de pensamento e manifestações de auto-afirmação são vistas como egoísmo e traição. A possibilidade de reconhecimento mútuo fica comprometida na medida em que muitas vezes, em nome da manutenção do “equilíbrio”, os subordinados devem submeter-se calados frente a todo tipo de desqualificação. Por fim, os processos de comunicação sofrem ruídos de toda ordem, como aqueles provocados por mensagens paradoxais, em detrimento da manutenção de consensos.

Ravazzola (2005) também afirma que a convivência das crianças com adultos que se descontrolam apresenta sérias consequências para estas em sua vida adulta. Tais crianças primordialmente negam a percepção do dano causado a elas pelas pessoas que amam. Como consequência elas podem, por um lado, se aliar ao agressor através de um processo de identificação e reproduzir seu comportamento com outras pessoas e até com indivíduos menores, cuja inferioridade física e a incapacidade de se defender são negadas da mesma forma que a elas foi negado o direito de serem cuidadas.

Em uma pesquisa realizada pelo Instituto Noos de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais e o Instituto Promundo em 2003, com homens na faixa etária entre 15 e 60 anos, foi identificado que eles são mais propensos a exercer violência contra suas companheiras e filhos, caso tenham vivido em famílias de origem onde havia a presença de violência de homens contra as mulheres ou foram vítimas de violência.

Por outro lado, Ravazzola (2005) propõe que crianças que sofreram maus tratos podem perder a capacidade de se preservar, na medida em que não puderam se separar psicologicamente daqueles com quem mantêm uma relação de dependência afetiva e econômica. Esta fusão estaria a serviço de proteger o outro de seus próprios ataques.

Esse processo traria implicações para essas crianças na vida adulta caso, por exemplo, se transmutasse no mecanismo que é chamado pela autora de vergonha alheia. Trata-se do processo em que uma pessoa acaba assumindo os pudores de quem realmente deveria se sentir mal com suas atitudes. Ela dá o exemplo de uma mãe que traz para seu consultório uma filha. A queixa é trazida pela primeira, que está preocupada com o fato da filha ser obesa. Em nenhum momento durante a sessão esta última se mostra sensibilizada com esta questão. A autora sugere que, nesta relação, a conduta da mãe atenua a culpa que sente pela situação e reduz a ansiedade da filha quando se responsabiliza integralmente pela resolução do problema. Com isso evita confrontá-lo de uma forma mais adequada e inadvertidamente acaba contribuindo para que ele se mantenha inalterado.

Mulheres que se encontram envolvidas em situação de violência com seus companheiros, muito frequentemente, manifestam esse tipo de comportamento ao

procurarem assumir a culpa ou justificar as agressões sofridas por elas em suas relações afetivas.

O modelo de violência de gênero tem sido desenvolvido desde o último terço do século passado e adquiriu grande consistência apoiado em um considerável volume de dados empíricos. No entanto, existe um amplo debate, sobretudo nos Estados Unidos, sobre até que ponto ele é determinante para compreensão sobre a violência entre homens e mulheres que se relacionam afetivamente.

Oliveira (2004) revela que uma das críticas recaiu sobre os levantamentos estatísticos, realizados nos Estados Unidos, que foram utilizados pelos pesquisadores para fundamentar seus argumentos a favor do modelo de violência de gênero. Seus detratores diziam que havia falhas metodológicas nestes levantamentos, pois não levavam em consideração a baixa notificação da ocorrência de violência física de mulheres contra homens, que tendem a causar ferimentos físicos mais graves. Dessa forma, a violência masculina acabava ganhando maior visibilidade. Eles confrontaram estes levantamentos com outro chamado Levantamento Nacional de Violência Doméstica, que mostrou que a incidência de agressões entre parceiros íntimos é mais equilibrada entre os gêneros do que se pensava.

Os defensores do modelo de violência de gênero contra-argumentaram, afirmando que as agressões das mulheres refletem a necessidade de elas se defenderem ou/e de romperem com a dominação imposta pelo patriarcado e que o levantamento feito por seus opositores não levava em consideração os contextos em que ocorriam as agressões.

Então, o Levantamento Nacional de Violência Doméstica foi refeito incluindo esta consideração e foi constatado que, no caso dos homens, as agressões eram exercidas de forma contínua como chantagem. A princípio este novo resultado poderia reforçar a convicção de que a violência de gênero é a dinâmica predominante nas relações afetivas em que há a presença de violência. No entanto, como não foi estabelecida uma associação em que a chantagem ocorre como forma de opressão, o debate em torno desta questão ainda parece estar longe de uma conclusão.

Para um grupo, composto por um número cada vez maior de pesquisadores, estudiosos e profissionais, a violência de gênero é apenas uma das facetas da violência entre homens e mulheres que se relacionam intimamente. Para esse grupo, existem outros fatores que contribuem para a construção de uma relação com a presença de agressões. Esses nasceriam com o advento da sociedade moderna, calcada na primazia do indivíduo sobre a coletividade e produtora de um desenho específico de conjugalidade que estaria alinhado com o ideal de família contemporânea. O casal, nessa família, possui grande importância para seu adequado funcionamento e seu relacionamento deve incluir uma grande quantidade de qualidades e funções que são consideradas normais e desejáveis. Segundo Socci (1983), esta relação:

...procura combinar o desafogo sexual, a amizade afeiçoada e as funções procriadoras da família. A atração romântica é considerada como base adequada para a escolha do parceiro. Espera-se que a ternura, o mistério e a excitação coexistam com os cuidados de manutenção da casa, como os problemas da criação da prole e com a rotina (p. 25).

No mundo ocidental da modernidade, aceita-se sem maiores questionamentos a idéia de que a satisfação sexual, a despeito de ser acessível em diferentes contextos, deva ser necessariamente alcançada no âmbito dos relacionamentos conjugais. No entanto, Strauss (1980) lembra que, na maioria das culturas, prazer e matrimônio não caminham necessariamente juntos e, inclusive, podem ser vistos como contraditórios.

Os cuidados com os filhos é outro aspecto que apresentou diversas abordagens ao longo do tempo. Nem sempre a prole esteve sob a mútua responsabilidade de seus genitores. Gouch (1980) conta que o mundo também já foi testemunha da existência das famílias chamadas matrilineares, onde os filhos eram cuidados pelos irmãos solteiros das mães.

Nem a própria monogamia pode ser considerada um padrão único na humanidade. A prática de os indivíduos de se relacionarem afetivamente apenas com outro indivíduo, durante um período de tempo, é uma das principais características do relacionamento afetivo contemporâneo. Strauss (1980) descreve os costumes de um povo chamado Nayar, que vive na costa de Malabar, na Índia.

Entre seus membros, o casamento não cria laços permanentes entre homens e mulheres. Estas últimas possuem o direito de ter quantos amantes desejarem e a autoridade sobre a terra e filhos é delegada aos seus irmãos.

Entretanto, os casais modernos ocidentais se vêem as voltas com um modelo de relacionamento sem precedentes e que, por seu grau de complexidade, impõe desafios a homens e mulheres. Não são poucas as dificuldades dos casais em integrar, no bojo do relacionamento, as diversas qualidades e funções que caracterizam o relacionamento afetivo contemporâneo. Isto acontece, sobretudo porque elas podem tornar-se incongruentes entre si ao longo da vida do casal. Nem sempre, por exemplo, é possível manter uma atmosfera de mistério e excitação na convivência diária com o parceiro. A rotina pode tornar a relação previsível e o desgaste diário no cotidiano profissional tende a afetar a libido do casal. A nossa sociedade tampouco oferece uma atmosfera congruente com este modelo. Os meios de comunicação propagam, sistematicamente, o culto ao amor romântico ao mesmo tempo em que difunde padrões rígidos de beleza e prazer que não condizem com a realidade da grande maioria dos casais. Isto provocaria a emergência de sentimentos de insatisfação e falência no interior do casal e geraria efeitos corrosivos para a relação.

Féres-Carneiro e Magalhães (2009), a respeito desta temática, afirmam que o ideal do casamento moderno, onde a entrega total do parceiro se destaca como fantasia primordial, pode provocar tensões na relação conjugal. Nesse cenário, cada um dos membros do casal pode acabar exigindo o máximo de si na busca por atender as exigências do parceiro e causar uma sensação de esvaziamento intolerável.

Uma revisão da literatura sobre violência no casal realizada, no final de 2000, por Michael P. Johnson e Kathleen J. Ferraro, para o “*Journal of Marriage and the Family*” aponta para a divisão dos estudos nesta área em dois grandes eixos.

O primeiro eixo agrega uma série de estudos voltados para a perspectiva do controle como fator principal na geração de contextos de violência no casal. O segundo eixo, nascido dos debates focados nos maridos agressores e na simetria das relações onde há a presença de um parceiro violento, é constituído por um

agrupamento de estudos que procura, ainda que de maneira incipiente, conforme avaliado pelos autores do texto, distinguir os diferentes tipos de contextos de violência para além da perspectiva do controle. Estes diferentes tipos de violência, segundo os autores, podem ser agrupados pelas seguintes classificações:

Violência conjugal comum, caracterizada por agressões físicas que surgem de forma pontual e que não estão vinculados a um padrão de controle mais geral na relação;

Terrorismo íntimo, quando a violência é um recurso para se alcançar controle sobre o parceiro;

Resistência violenta, gerada a partir da necessidade da vítima em se defender;

Controle mútuo através da violência, caracterizado pela presença da necessidade de controle por parte de ambos os membros do casal.

Em complemento a esta categorização poderia ser incluída outra formulada por Watzlawick, Beavin e Jackson, em 1967, que realiza uma divisão entre casais que apresentam relações assimétricas e casais que apresentam relações simétricas. As primeiras seriam aquelas em que cada membro do casal agiria de forma complementar à do parceiro, reforçando as diferenças presentes em cada um, e as segundas, seriam aquelas em que a relação estaria baseada em valores de igualdade entre os parceiros.

Apesar de esta categorização procurar definir quais são as dinâmicas mais gerais presentes nas relações e não se referir especificamente às que são violentas, como a de Johnson e Ferraro (2000), ela ajuda a compreender como os diferentes modelos explicativos para a violência entre homens e mulheres que se relacionam afetivamente podem se manifestar em diferentes parceiros íntimos. A violência de gênero prosperaria naquelas relações predominantemente assimétricas e a violência como resultado de insatisfações e frustrações seria propícia de surgir no âmbito das relações predominantemente simétricas.

## 2.3

### Terapia de casal e violência

Como já descrito, existem duas concepções sobre a dinâmica envolvida no casal, quando a violência desponta em seu seio de forma recorrente. A primeira, conhecida como violência de gênero, é vista como uma manifestação da opressão gerada pela imposição/reafirmção do poder de um gênero sobre o outro. A segunda, não descarta a explicação da primeira, mas incluiu também a idéia de que a violência no casal pode ser gerada a partir da projeção de insatisfações e frustrações pessoais, sobre o parceiro íntimo, decorrentes das dificuldades inerentes ao projeto de conjugalidade contemporânea.

Esta polarização no debate acerca da dinâmica da violência entre parceiros íntimos acaba se refletindo no campo da terapia de casal, gerando uma discussão sobre a sua legitimidade enquanto dispositivo para o tratamento deste tipo de situação.

A psiquiatra francesa Marie-France Hirigoyen (2006) ressalta, por exemplo, que:

A psicoterapia de casal não é, a meu ver, em absoluto adequada para casos de violência conjugal, pois ela parte do princípio de que ambos os parceiros são co-responsáveis pelos problemas do casal. Por conseguinte, ela permite que o homem encontre justificativas para sua violência e arrisca a reforçar a culpa da mulher. Além disso, pode ser perigosa para a mulher, porque o que disser durante a sessão poderá vir a ser usado pelo homem para aumentar ainda mais a sua violência (p. 189).

A posição defendida pela autora se encontra inteiramente sintonizada com a das feministas mais tradicionais. Este grupo defende a aplicação de dois caminhos possíveis como resposta à violência de gênero. Em primeiro lugar, atenção para as mulheres vitimadas, que inclui, dentre outras ações, a implantação de diversos serviços como delegacias especializadas, centros de atendimento

compostos por equipes multidisciplinares, abrigos e formulação de políticas públicas de segurança, voltadas exclusivamente para as mulheres. A proposta por detrás da criação destes serviços é proporcionar às mulheres vitimadas condições necessárias para que consigam conquistar uma autonomia em relação aos seus algozes e que, com isso, passem a se libertar de seu jugo. Em segundo lugar, punição exemplar para os homens agressores.

O contraste entre a diversidade de alternativas à disposição das mulheres vitimadas, em contraposição a uma única que é oferecida aos homens agressores, revela a preocupação das feministas mais tradicionais em consolidar a criminalização da violência contra a mulher, pois durante séculos este tipo de violência foi e, em grande proporção, continua sendo ignorada.

A invisibilidade da opressão feminina seria mais um dos diversos mecanismos automáticos e algumas vezes insuspeitos de defesa do poder masculino. A idéia, por exemplo, de que as mulheres envolvidas em uma relação violenta de alguma forma contribuem para a perpetuação da violência no casal, é vista por elas mais como um mito e uma armadilha ardilosa, que visa a frustrar as tentativas de desestabilização da cultura patriarcal. Esta afirmação eclipsaria os fatores preponderantes por detrás da dificuldade das mulheres de romperem com seus companheiros violentos. Inferioridade física, dependência econômica, preconceitos contra mulheres divorciadas seriam algumas das razões que manteriam as mulheres presas às relações violentas.

Portanto, a estratégia das feministas mais tradicionais para o enfrentamento da violência contra as mulheres se concentra no reforço da concepção tradicional de violência, reivindicando que a justiça cumpra com a sua função, e no que elas chamam de “empoderamento” das mulheres, que buscaria o estabelecimento de um equilíbrio de poder entre os gêneros.

A terapia de casal é criticada pelo fato de não se enquadrar em nenhuma dessas modalidades de ação. O dispositivo, ao procurar pela responsabilidade de cada membro do casal na construção das situações de violência, conforme afirma Hirigoyen (2006), transcende a lógica vítima/agressor e acabaria por desconsiderar o desequilíbrio de poder inerente a qualquer relação entre homens e mulheres.

Para Méndez (1995), a concepção feminista sobre a violência no casal possui sua importância na medida em que questiona a supremacia da cultura patriarcal e tem ajudado a provocar mudanças fundamentais em nossa sociedade, mas é inadequada para a prevenção e o tratamento da violência no casal. A adoção de premissas feministas para os casais em situação de violência poderia aumentar o conflito e antecipar um rompimento definitivo. Sobre isso a autora ressalta que:

Uma das preocupações das feministas é que a terapia conjunta retira a responsabilidade sobre o perpetrador e aumenta a possibilidade da vitimização da vítima. Eu penso, por outro lado, que o que aumenta a possibilidade da violência é a vivência persecutória de um membro do casal em relação ao outro, perseguição que vivem ambos se se trabalha somente com a mulher. O homem, pelas fantasias de que a mulher irá “acusá-lo” e a mulher pelas fantasias de que se homem conhecer apenas sua “deslealdade”, se poria fisicamente violento (p. 32).

A autora compreende que a manutenção da violência só pode ocorrer quando há um entrelaçamento de condutas, muitas vezes não conscientes, de ambas as partes e vai mais longe quando compara as relações de casais em situação de violência com uma guerra.

A premência de se evidenciar e coibir os índices epidêmicos de violência contra a mulher ressalta a supremacia física dos homens, mas camufla a capacidade das mulheres em infringir ferimentos psicológicos, área na qual, para Méndez (1995), elas são especialistas. Desta forma, em uma relação afetiva violenta, uma mulher golpeada pelo seu companheiro poderia representar apenas uma das causalidades geradas por uma das armas a disposição dos contendores. Alguns autores corroboram essa idéia, como Araújo (2009), quando afirma que:

Os papéis de *vítimas* e *agressores* são intercambiáveis; além disso, o uso que homens e mulheres fazem desses papéis é bastante variado. As vítimas não são necessariamente passivas, mas há sempre alguma forma de resistência, assim como os agressores muitas vezes acabam prisioneiros da própria violência que praticam (p. 284).

Oliveira (2004) propõe que algumas mulheres, ao se manterem na posição de vítimas, extrairiam o que seria uma espécie de benefício secundário. Criticando

seus companheiros pelo comportamento inadequado, mas passando ao largo do questionamento moral sobre a violência e ignorando o debate sobre a qualidade de seus relacionamentos, elas garantiriam a possibilidade de se sentirem indispensáveis ou resguardariam a prerrogativa de gerir os cuidados dos filhos.

Méndez (1995) se posiciona a partir da Teoria Geral dos Sistemas, que estabelece paralelos entre o comportamento de um conjunto de substâncias químicas que interagem entre si, conjunto esse chamado de sistema, com o comportamento de indivíduos inseridos em um determinado contexto de relacionamento. Nessa perspectiva, as atenções recaem mais sobre os padrões de interação estabelecidos nas relações de um conjunto de pessoas do que sobre as próprias pessoas.

Kalina e Perel (1987) lembram que, a partir da análise do comportamento dos sistemas abertos, ou seja, daqueles conjuntos que estabelecem trocas com o meio no qual se encontram inseridos, se infere que a forma como esses se encontram organizados internamente é mais importante do que as suas gêneses e os resultados de suas interações. Isso porque, nesses sistemas, condições iniciais distintas podem levar a resultados semelhantes e resultados distintos podem ser gerados por condições iniciais semelhantes.

Dessa forma, seria inadequado compreender o comportamento de um casal apenas a partir das características individuais de cada um de seus membros. É importante compreendê-lo também a partir de uma dinâmica de funcionamento que é específica para cada relação. Mais do que isso, as regularidades presentes numa relação estabelecem um padrão de interação que gera comportamentos só possíveis de serem identificados no âmbito das relações. Sobre isso Kalina e Perel (1987) afirmam que:

Cada uma das partes de um sistema está relacionada de tal modo com as outras que uma mudança em uma delas provoca uma mudança em todas as demais e no sistema total. Isto é, um sistema se comporta não apenas como um simples composto de elementos independentes, mas sim como um todo inseparável e coerente (p.8).

Esse processo que transforma o casal em uma unidade, em que cada parceiro está constantemente influenciando o outro e redefinindo a relação como um todo, é um dos pilares da perspectiva sistêmica e é conhecido como princípio da circularidade.

Ancorada nesse princípio e no da objetividade entre parênteses, proposto por Humberto Maturana ao longo de sua obra e que recusa qualquer descrição objetiva da realidade e encara a verdade sempre como um ponto de vista de quem a profere, Méndez (1995) sugere que o mais importante seria se distanciar da lógica linear da vítima/agressor.

Em casais onde a violência ocorre de maneira sistemática, ambas as partes envolvidas se vêem sempre reagindo ao adversário, mais do que isso, ambos os membros do casal se vêem como vítimas nesse conflito.

De fato, a experiência do trabalho realizado com homens autores de violência contra mulheres, desenvolvido por organizações não governamentais desde a década de noventa, como o Pró-mulher, Família e Cidadania, em São Paulo, e pelo Instituto Noos de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais, no Rio de Janeiro, tem mostrado que estes homens, salvo algumas raras exceções, se vêem mais como vítimas do que como algozes na situação em que se encontram envolvidos. Quando admitem a agressão, tratam logo de justificá-la como um comportamento de legítima defesa.

As mútuas acusações podem, em parte, estar relacionadas a percepções de Watzlawick, Beavin e Jackson (1967) que propõem que em relações como a de um casal, caracterizada por laços estáveis e contínuos, se torna muito difícil estabelecer uma pontuação que indique quem iniciou uma determinada seqüência de comunicação, seja ela digital ou analógica.

A proposta de Méndez (1985) de se distanciar da lógica linear da vítima/agressor seria uma estratégia para que a terapia não acabe sendo identificada como um espaço onde se formule um inventário de culpas e reforce sentimentos persecutórios. Sem esse distanciamento seria muito difícil, como propõe Méndez (1985), de caminhar no sentido do:

...reconhecimento de áreas da convivência do casal que contém mitos e crenças em que de baseia a violência e que tendem a ser conflitadas, produzindo intensa carga emocional (p. 30).

A autora afirma que estas áreas são tão diversas quanto são os casais. Entre elas, a autora cita as dificuldades em se estabelecer um consenso sobre o manejo do dinheiro, os desacordos em relação à educação dos filhos, as impossibilidades em integrar no cerne do relacionamento as diferenças culturais advindas de famílias de origem distintas, dentre outras.

Isso não significa que no âmbito da terapia não se possa trabalhar a questão da responsabilidade pelos atos destrutivos. Méndez (1995) acredita que seja fundamental separar o processo que procura identificar as áreas de convivência que impulsionam o casal a entrar em guerra do de responsabilização. Para a autora os terapeutas não podem aceitar a utilização de qualquer tipo de explicação que sirva como justificativa para a violência e devem explicitar isso.

Caberia ao terapeuta também auxiliar na construção de mecanismos que poderiam ajudar os membros do casal a prevenir a reincidência de violência. A autora descreve três recursos que usualmente utiliza com seus pacientes com esta finalidade: Negocia com o casal uma separação temporal, sugere o abandono do “campo de batalha” para lugares que são pré-definidos como espaços de contenção, e define quais seriam os sinais que indicam um aumento da tensão na relação que antecipariam a emergência da violência para que um “alarme” seja acionado. Ela afirma que este último recurso é o que tem sido mais utilizado e que, em sua opinião, se configura como uma ferramenta eficiente de controle da violência.

Hirigoyen (2006) e Méndez (1985) representam, respectivamente, aqueles que são contra a utilização da terapia em conjunto com casais que vivem em uma situação de violência e aqueles que a consideram um recurso importante nesta frente. Ironicamente ambos os lados acusam o outro de acabarem reforçando a intensidade da violência ao invés de colaborar com a interrupção do seu ciclo.

Ravazzola (2005) poderia ser identificada como uma autora cujas idéias a posicionam no meio destas duas concepções. Ela é a favor da terapia em conjunto, mas chama a atenção para o fato de que:

Algumas vezes, os terapeutas têm transmitido concepções acerca da família, o lugar da mãe e o lugar do pai, em correspondência com um estereótipo dominação/subordinação nas relações familiares, coincidentes com o discurso autoritário de gênero (p. 81).

Além disso, Olson (1996) lembra que pensadoras feministas, sistêmicas ou não, denunciaram que as terapias familiares de base sistêmica são constituídas por uma epistemologia que interpreta o mundo sob um ponto de vista masculino. Nesse sentido, o desempenho dos terapeutas é valorado segundo o grau de distanciamento afetivo entre eles e seus pacientes e segundo o grau de objetividade de suas explicações sobre as famílias.

Ao unirmos ambas as reflexões a respeito do campo das terapias familiares sistêmicas é possível concluir que aqueles terapeutas que não possuem um olhar voltado para as questões de gênero seriam jogados à própria sorte nos atendimentos a famílias e casais vivendo em situação de violência. Esses terapeutas interpretariam as desigualdades de poder, um dos principais combustíveis para a violência, como reflexo da capacidade de distribuir tarefas e emoções dentro das famílias. Além disso, estes terapeutas, em nome da neutralidade, permitiriam que a família trouxesse o problema sem que percebessem que mesmo este processo também sofre a interferência de uma distribuição desigual de poder.

Alijados da perspectiva de gênero restaria aos terapeutas promover mudanças superficiais que se concentrariam em estratégias que visam preservar o sistema familiar. Mesmo que isto implique em novos sacrifícios às pessoas abusadas. Nessa direção, as pessoas identificadas como vítimas podem ser instadas a evitar comportamentos “provocadores”, já que é sempre mais fácil agir sobre aqueles que se apresentam em posição aparentemente mais fragilizada e, em nome do que isso poderia significar em termos de êxito, evitar o confronto com as pessoas identificadas como os agressores para prevenir a evasão dos mesmos.

Para Ravazzola (205) é o terapeuta que poderá romper com os efeitos anestésicos provocados pelos sistemas autoritários e que suscitam uma cadeia de negações na família sobre a ocorrência da violência. Como propõe a autora, os

membros da família não vêem que não vêem. Para isso a autora sugere que o profissional deve evidenciar em si o mal-estar provocado pelos atos agressivos. A recuperação deste mal-estar causaria uma perturbação nessas famílias/sistemas autoritários e alavancaria mudanças importantes.

No entanto, a própria Ravazzola (2005) admite que:

Quando sentimos o horror que nos produz a atitude de maltrato, equivocadamente tratamos de absorvê-la para conseguir aliviar aos outros protagonistas (p. 86).

Isso remete às eventuais consequências indiretas de trabalhar com violência. Ela pode restringir a capacidade de intervenção do terapeuta, pois é tóxica e paralisante. Tóxica na medida em que subverte a função do profissional, deslocando-o do lugar daquele que deveria “curar” para o lugar dos que sofrem com as consequências da violência. Paralisante na medida em que, uma vez identificado com as vítimas, o terapeuta pode optar pelo silêncio e a apatia no lugar de falar e agir.

Segundo Aron e Llanos (2004), as suas experiências pessoais e de outras equipes indicam que quem trabalha com vítimas de violência está sujeito a um desgaste profissional conhecido como *burnout*, que reduz a motivação para o trabalho e pode provocar seu abandono. Além disso, no limite, causa transtornos psicológicos graves. Dentro deste tema os autores dão especial atenção para o que chamam de traumatização vicária, que é definida como os sintomas e o sofrimento que as vítimas apresentam e que são reproduzidos pelos profissionais que estão em contato direto com as mesmas.

O fato de o terapeuta acabar, ele também, se transformando de alguma forma numa vítima da violência é, no mínimo, desconcertante para um profissional que deveria, a rigor, salvaguardar certo distanciamento em relação ao problema trazido por seus pacientes, para que possa atuar como um terceiro imparcial na mediação de um conflito que não é seu. Por outro lado, acreditar que uma situação de violência não seja capaz de atingi-lo pessoalmente é o primeiro passo no sentido de expor o processo terapêutico a um desgaste que, de maneira imperceptível, acabará por comprometer o seu bom desfecho.

Nesse sentido, Aron e Llanos (2004) sugerem que pessoas que trabalham sistematicamente com violência devem possuir o que denominam como espaços de oxigenação, como dedicação a algum tipo de *hobby*, que implique numa distensão do impacto causado por essas situações e recupere suas energias. Isso seria importante, já que também é responsabilidade desses profissionais evitar que, nas palavras dos autores, o material tóxico gerado pelas situações de violência continue se propagando entre todos.